



Prefeitura de Valparaíso de Goiás - GO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA

Características e funcionalidades de gêneros textuais variados	1
Compreensão e interpretação de textos	9
Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica.....	15
Gramática normativa	17
Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto	18
Mecanismos de coesão e coerência.	20
Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva e expositiva	22
Tipos de argumento.....	23
Classificação gramatical.....	35
Processo de formação de palavras.....	48
Fenômenos gramaticais e construção de significados na língua portuguesa.....	50
Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração	57
Concordância e regência verbal e nominal	65
Pontuação	72
Acentuação.....	76
Questões	79
Gabarito.....	92

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Lógica e raciocínio lógico. proposição lógica. proposições simples e compostas. operadores lógicos. tabela verdade. tautologia, contradição e contingência. equivalências e negações	1
Lógica de argumentação	11
Conjuntos, subconjuntos e operações básicas de conjunto	16
Noções de estatística: tabelas, gráficos e medidas de tendência central (média, moda e mediana).....	22
Grandezas proporcionais, razão e proporção	31

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Regra de três.....	33
Porcentagem.....	35
Juros simples e compostos.....	37
Questões.....	40
Gabarito.....	50

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO

Conflitos sociais, desigualdade, pobreza, fome e direitos humanos.....	1
Emergências de saúde pública, surtos e epidemias.....	7
Questões atuais do meio ambiente, desastres ambientais, mudanças climáticas e políticas ambientais.....	15
Arte, cultura e patrimônio na região centro-oeste brasileira.....	23
Formação histórico-territorial de goiás; política, economia e sociedade em goiás: da colônia à república; modernização da agricultura e urbanização do território de goiás; aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo.....	30
Natureza, cultura e turismo em goiás.....	47
Aspectos histórico-geográficos de valparaíso de goiás.....	54
Questões.....	56
Gabarito.....	61

POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Constituição federal de 1988 (art. 205 a 214): direito à educação; princípios do ensino; gestão democrática do ensino público; dever do estado e financiamento da educação; marcos legais da educação: constituição federal de 1988 (arts. 205 a 214).....	1
Lei de diretrizes e bases da educação nacional (lei nº 9.394/1996).....	6
Estatuto da criança e do adolescente (lei nº 8.069/1990).....	38
Base nacional comum curricular (bncc): fundamentos legais, princípios, competências gerais e organização curricular da educação básica.....	103
Educação inclusiva e diversidade étnico-racial: lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (lei nº 13.146/2015), inclusão escolar e acessibilidade no ambiente educacional.....	103

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira (lei nº 10.639/2003), posteriormente ampliada pela lei nº 11.645/2008, que incluiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena.....	135
Tecnologias digitais na educação: inclusão digital, acesso a tecnologias digitais e educação digital escolar (política nacional de educação digital – lei nº 14.533/2023)...	136
Lei orgânica do município de valparaíso de goiás (seção v, capítulo iii – da educação), texto promulgado em 06 de outubro de 1999, com alterações pelas emendas à lei orgânica municipal nº 1/2001 a 56/2025, até 11 de junho de 2025	140
Plano de cargo, carreiras e remuneração dos servidores públicos municipais e outras providências (lei complementar nº 138/2025)	141
Questões	154
Gabarito.....	161

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

História da educação: educação na antiguidade, sociedade medieval, sociedade moderna, origem da escola pública e história da educação brasileira.....	1
Planejamento e organização do trabalho pedagógico: projeto político-pedagógico (ppp), planejamento escolar, plano de curso, plano de ensino e plano de aula	10
Integração da base nacional comum curricular (bncc) ao planejamento e à prática pedagógica	15
Participação da escola, da família e da comunidade no processo educativo	20
Avaliação da aprendizagem: avaliação diagnóstica, formativa e somativa; acompanhamento do processo de aprendizagem; estratégias de recuperação da aprendizagem.....	27
Teorias educacionais e desenvolvimento infantil: abordagem comportamental, construtivista (piaget) e sócio-histórica (vigotski).....	31
Desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psicomotor na infância	37
Relação entre ensino e aprendizagem nos anos iniciais	41
Estratégias pedagógicas para aprendizagem significativa	44
Processos de ensino e aprendizagem	51
Relação teórico-prática nos anos iniciais; interdisciplinaridade e integração das áreas do conhecimento; métodos, técnicas e estratégias diversificadas de ensino	55
Articulação do trabalho pedagógico com o atendimento educacional especializado (aee)	60
Ensino nos anos iniciais do ensino fundamental.....	66
Alfabetização e letramento	72
Ensino de língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia; ensino de arte e música	74
Integração entre conteúdos escolares, competências e habilidades da base nacional comum curricular (bncc) e vivências socioculturais	80

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Elaboração de planos de ensino e avaliação das aprendizagens	86
Questões	92
Gabarito.....	102

SUMÁRIO



O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

Tipos Textuais: Definição e Características Gerais

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.
- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.
- **Exemplos de gêneros textuais descritivos:** anúncios classificados, cardápios, biografias, manuais e relatos de viagem.

Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

Características principais:

- Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).
- A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.
- A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.



Lógica Proposicional

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”



Panorama histórico dos conflitos sociais em Goiás

Ao longo de sua história, o estado de Goiás foi palco de diversos conflitos sociais, muitos dos quais ligados à posse da terra, à exclusão social e à luta por direitos básicos. Entender esse panorama é fundamental para compreender os desafios sociais que ainda persistem na região.

Formação histórica e estrutura fundiária

Desde o período colonial, Goiás se caracterizou por uma ocupação territorial marcada por grandes propriedades rurais. A economia baseada na mineração e, posteriormente, na agropecuária, incentivou a concentração de terras nas mãos de poucos. Esse modelo gerou um desequilíbrio estrutural entre grandes latifundiários e trabalhadores sem terra, que perdura até hoje.

No século XVIII, com a descoberta de ouro na região, houve um crescimento populacional rápido, mas desorganizado. A Coroa Portuguesa instalou estruturas de controle e extração, deixando de lado políticas de inclusão e planejamento social. Com o esgotamento do ouro, muitos migrantes ficaram à margem da economia formal, iniciando um histórico de exclusão econômica que se estenderia pelos séculos seguintes.

Lutas por terra e território

A concentração fundiária sempre esteve no centro dos conflitos em Goiás. No século XX, principalmente a partir da década de 1950, com o processo de modernização agrícola e a mecanização do campo, milhares de trabalhadores rurais foram expulsos de suas terras ou perderam suas formas tradicionais de sustento. Esse fenômeno gerou favelização nas cidades e migração forçada.

Nas décadas de 1980 e 1990, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passou a ter forte atuação no estado, organizando ocupações e assentamentos como forma de pressionar o poder público por reforma agrária. Esses movimentos nem sempre foram recebidos com diálogo: muitos conflitos envolveram violência, repressão policial e disputas judiciais prolongadas.

Além do MST, outros movimentos sociais ligados à questão indígena e quilombola também surgiram, reivindicando não só acesso à terra, mas também respeito à cultura, ao modo de vida e aos direitos garantidos por lei. Em Goiás, comunidades quilombolas como Kalunga e indígenas de etnias como os Avá-Canoeiro enfrentaram — e ainda enfrentam — a invisibilidade institucional e a disputa por territórios tradicionais.

Urbanização e novos conflitos

A urbanização acelerada em Goiás, especialmente a partir da década de 1970 com a criação de Goiânia e o crescimento de cidades como Anápolis e Aparecida de Goiânia, trouxe novos desafios. O êxodo rural pressionou as cidades, que passaram a apresentar favelas, moradias precárias e serviços públicos insuficientes. A falta de planejamento urbano e políticas sociais eficazes contribuiu para o surgimento de novos tipos de conflitos sociais, agora marcados por violência urbana, disputas por moradia e acesso a serviços básicos como saúde e educação.

O surgimento de movimentos de moradores, associações comunitárias e organizações não governamentais foi uma resposta popular à ausência do Estado. Essas entidades atuaram e ainda atuam na luta por melhorias nos bairros periféricos e na garantia de direitos.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL****CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO****SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO**

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)



Educação na Antiguidade

Educação na Antiguidade: fundamentos sociais e culturais das primeiras práticas educativas

A Antiguidade representa o ponto de partida do estudo sistemático sobre a educação enquanto prática social organizada. Ao observarmos as civilizações antigas, identificamos diferentes modelos de educação que refletiam diretamente os valores, as crenças religiosas, as estruturas políticas e as finalidades sociais de cada povo. A educação nessa época não estava desvinculada da vida cotidiana: ela era um instrumento de formação para a manutenção da ordem social, a transmissão de tradições e, em alguns casos, o desenvolvimento do pensamento filosófico.

O percurso da educação na Antiguidade é essencial para compreendermos a origem de muitos conceitos educacionais que persistem, de forma adaptada, até hoje. Civilizações como o Egito, a Mesopotâmia, a Grécia e Roma estabeleceram paradigmas distintos de ensino e aprendizagem, todos fundamentados em suas cosmovisões e na divisão social do trabalho.

Educação no Egito Antigo

A educação egípcia estava profundamente vinculada à religião e ao Estado. Os escribas, por exemplo, desempenhavam um papel central na administração estatal e, por isso, passavam por uma longa formação nas chamadas “Casas da Vida”, centros educacionais anexos a templos.

A alfabetização era restrita a uma elite privilegiada, geralmente composta por filhos de nobres e sacerdotes. O ensino era voltado à formação moral, religiosa e técnica, com foco em:

- Leitura e escrita de hieróglifos
- Cálculo matemático para uso na construção e agricultura
- Doutrina moral baseada no princípio da Ma’at (ordem, justiça, verdade)

A educação, nesse contexto, servia à perpetuação do poder e ao funcionamento da administração estatal altamente centralizada.

Educação na Mesopotâmia

Na Mesopotâmia, especialmente entre os povos sumérios, acádios, babilônios e assírios, a educação também esteve a serviço do Estado e da religião. Os templos funcionavam como centros de ensino, e os escribas eram instruídos nas chamadas edubas, escolas específicas para o aprendizado da escrita cuneiforme.

Os objetivos educacionais mesopotâmicos eram sobretudo práticos, visando:

- Formação administrativa
- Preparação de escribas e funcionários públicos
- Transmissão de mitos, leis e conhecimentos técnicos

A célebre Lei de Hamurábi demonstra a preocupação com normas jurídicas e a necessidade de um corpo letrado para registrá-las, preservando o funcionamento social e político.

Educação na Grécia Antiga

A Grécia foi a primeira civilização a apresentar uma concepção mais sistematizada de educação com viés filosófico e humanista. Os modelos educacionais variavam entre as cidades-Estado (pólis), especialmente entre Atenas e Esparta.